



**Nº 10 – JUNHO 2016**

**DESTAQUES**

**Brasil defende ratificação do Protocolo do Comércio Ilícito do tabaco**

**Paraguai rejeita sugestão, e países do Mercosul não fecham acordo**

De acordo com publicação no Portal do Ministério da Saúde, o Brasil apresentou proposta para que todos os países do Mercosul ratifiquem o protocolo de combate ao comércio ilegal de tabaco. O Paraguai, considerado um grande exportador de cigarro ilegal, não apoiou a medida, o que interferiu no entendimento, já que os países do Mercosul estabeleceram o consenso como regra para fechamento de acordos.

A medida foi discutida no dia 17 de junho durante a 39ª Reunião de Ministros da Saúde do bloco, realizada em Montevideu, no Uruguai. O ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou que após uma reunião com os ministros brasileiros envolvidos com o tema, tomou a posição de avançar na implementação do protocolo.

“Nos últimos anos, o fortalecimento das ações de combate ao mercado ilegal de cigarros tem sido uma das linhas de atuação do governo brasileiro. Atualmente, o Brasil tem controle integral de todas as linhas de produção de cigarros em seu território, o que possibilita acompanhar os níveis de produção, bem como o correto destino destes produtos, evitando diversas práticas ilícitas. O governo brasileiro está empenhado na ratificação do Protocolo e tem muito interesse em continuar com medidas fortes para redução do consumo de tabaco no Brasil”, ressaltou o ministro.

A declaração pela ratificação do protocolo foi seguida pelo Uruguai e Venezuela. A expectativa é que na próxima declaração conjunta sobre o tema, prevista para o próximo semestre, seja firmada por todos os países do Mercosul. O protocolo foi desenvolvido a partir da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Após a decisão do governo brasileiro, o documento deve ser aprovado pelo Congresso Nacional, para então ser assinado pela presidência da república. De acordo com o Balanço Aduaneiro de 2015 da Receita Federal, em 2014 foram apreendidos R\$ 515 milhões em cigarros e similares. Já em 2015, foram apreendidos R\$ 702 milhões – um crescimento de 36%.

As medidas previstas no documento têm como objetivo tornar a cadeia de oferta de produtos de tabaco segura. O documento prevê, por exemplo, que se estabeleçam mecanismos de rastreamento dos produtos, de forma que sejam controlados desde a fábrica até os pontos de venda. No Brasil, esse tipo de ferramenta já foi implementada pelo governo federal.

Fonte: Portal da Saúde – Edição: SE-Conicq

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/24122-ministros-da-saude-reforcam-combate-ao-comercio-ilegal-de-tabaco>